

## O ABSOLUTISMO CULTURAL E A CLITORIDECTOMIA

Mateus Gamba Torres \*

### Resumo

Neste artigo, será analisada a problemática do relativismo cultural apresentada por Peter Burke, questionando este conceito quando tratamos da imposição de valores culturais de um adulto sobre uma criança, em detrimento de sua integridade física, em uma prática culturalmente aceita no norte da África, a retirada do clitóris, ou clitoridectomia. Serão analisadas também formas de enfrentamento do problema do combate a tal prática pelos organismos de direitos humanos internacionais, mesmo que tal enfrentamento seja rotulado como uma intervenção na cultura de uma determinada população.

**Palavras-Chave:** Relativismo cultural. Absolutismo Cultural. Clitoridectomia. Direitos humanos. Feminismo.

### Introdução

Vive-se num mundo de contrastes. Ao mesmo tempo em que explode um movimento de quebra de barreiras nacionais (incluindo as econômicas, sociais, culturais, etc.), nota-se que existe uma tendência a repudiar veementemente o que é estranho, bárbaro e, principalmente, diferente do nosso ponto de vista ocidental.

Devido a estas diferenças, muitas vezes tão exageradamente estranhas ao ponto de vista ocidental, foi criada, por boa parte da intelectualidade, incluindo pesquisadores, historiadores e principalmente antropólogos, uma teoria que pode ser chamada de “relativismo cultural”. Tal teoria teria sido criada no século XIX por motivos específicos: para frear os genocídios de populações indígenas consideradas “atrasadas” do ponto de vista ocidental, ocorridos a partir do século XV e, para não etiquetar com o rótulo de “selvagens” populações que devem ser “civilizadas” e “aculturadas” em comparação, dentre outros, a usos e costumes do capitalismo de produção.

Com uma luta feroz e, na maioria das vezes, justa, grupos ligados a direitos humanos buscam incessantemente defender todas as formas de cultura existentes e mostrar o quanto se deve respeitá-las, assim como os ocidentais querem seu arcabouço cultural respeitado. O termo cultura, inclusive, teve seus aspectos conceituais modificados, incluindo nele não

---

\* Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: mateustorres@ig.com.br

somente o conceito de erudito mas também o de popular, estendendo a cultura a todos os aspectos da vida cotidiana das populações.

O termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois, foi empregado para descrever equivalentes populares – música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar) (BURKE, 2004:43).

Ainda segundo Peter Burke (1999, 37), o respeito por diferentes culturas passa por uma alegação de que todas são iguais, o que quer que isso signifique, porque ambos os termos - “cultura” e “iguais” - são problemáticos. Acredita-se que o que Burke pretende dizer é que não se pode interferir em uma cultura por considerá-la inferior.

Assim, entende-se por relativismo cultural o não-julgamento do modo de ser das diversas sociedades existentes no mundo, no que diz respeito a seus hábitos, sistemas, religiões, ritos, ou seja, à sua cultura em geral, em comparação à cultura das sociedades consideradas ocidentalizadas.

Pouco antes de assinar a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, as Nações Unidas consultaram a Associação Antropológica Americana e receberam como resposta que não havia direitos humanos e que a declaração fora concebida “*em termos de valores prevalentes nos países da Europa Ocidental e da América.*”

Mas o próprio Burke, em sua análise nesse *Caderno Mais*, da folha de São Paulo, de maio de 1999, coloca a questão: o que fazer quando colocamos vidas humanas em risco? Este artigo tem como proposta falar sobre intervenção cultural, relativismo cultural, com relação a um caso bem específico e costumeiro nas sociedades muçulmanas: a clitoridectomia.

## A clitoridectomia e sua fundamentação cultural

Conhecida com o nome eufemístico de “circuncisão feminina”, a mutilação sexual das mulheres consiste na remoção cirúrgica do clitóris, pequenos e grandes lábios vaginais e, conforme o caso, de parte da vagina, com posterior sutura que só deverá ser rompida tempos depois, pelo marido, a sangue frio, na noite de núpcias.

Diferentemente da circuncisão para os homens no judaísmo, a excisão do clitóris não é obrigatória para as mulheres; tampouco se menciona tal mutilação no Corão. Mesmo assim, ela é praticada com frequência no norte da África (ELUF, 1993, p. 3). Exemplo de tal prática

é a supermodelo somaliana Waris Dirie, que narrou a terrível experiência que passou quando tinha cinco anos de idade.

Quando tinha 5 anos, **meu pai decidiu que era hora de eu ser circuncidada**. Lembro tão bem desse dia que se pensar muito posso vomitar. A mulher que me cortou era uma velha cigana. Andava pelo deserto sozinha. Ela e a sua sacola. Minha mãe me colocou sentada no colo e disse: ‘Seja boazinha, não se mexa. Não tenho forças para segurar você’. A velha tinha na mão uma navalha suja, onde vi o sangue da pessoa que ela havia cortado antes de mim. Abri minhas pernas, fechei os olhos e bloqueei minha mente. Fiz isso por minha mãe. A mulher não cortou apenas o clitóris – cortou tudo, inclusive os lábios. Depois me costurou com uma agulha, bem apertado. Eu só sentia dor. Fiquei deitada no chão em agonia. Eles amarraram minhas pernas para impedir que eu andasse, para não me rasgar. Fiquei deitada de costas durante um mês. Não conseguia comer, não conseguia pensar, não conseguia fazer nada. Fiquei preta, azul, amarela. Não podia urinar - o xixi saía em gotas. Três semanas depois, minha mãe encontrou alguém para me abrir um pouquinho, de modo que eu pudesse urinar. Estava muito doente. Sangrei durante dois ou três meses. Quase morri. O tempo todo sentia vontade de morrer. Tinha desistido de viver. Uma das minhas irmãs mais novas e duas primas minhas haviam morrido em consequência da circuncisão (ZIV, 1996, p. 58).

Causam espanto tais atitudes e sua aceitação social em qualquer sociedade, sabendo-se, inclusive, por parte das mulheres, de tamanha dor física e psíquica que sofre uma criança submetida a tal intervenção. Questiona-se quais seriam os motivos desta aceitação. A primeira seria que tais sociedades estão inseridas em um contexto de religião islâmica. Como já dito, em nenhuma parte do Corão existe a determinação de que as mulheres devem obrigatoriamente passar por tal amputação. Todavia, este mesmo livro coloca de forma clara: *“Os homens têm autoridade sobre as mulheres porque Deus os fez superiores a elas”* (GAARDER, 2000, p. 129) (SURA, 4:31).

Pode-se ver com clareza que quem decide sobre a amputação do clitóris da modelo somaliana é o seu pai, um homem. Não se pode tentar, aqui, apedrejá-lo com insultos, tendo em vista que sua atitude apenas coaduna como a de um homem de seu tempo, região e cultura. E também a mãe dela, que a segura no colo para a sessão de tortura, acreditando piamente que está fazendo o melhor para sua filha, evitando que esta seja desgraçada e considerada supersexuada.

Tal costume não está relacionado diretamente à religião; esta só o influencia, na determinação de superioridade do homem com relação à mulher e na determinação da obediência cega que esta deve àquele. O costume liga-se a superstições e a códigos morais

que o praticam: uma não circuncidada estaria mais sujeita a ter bebês imperfeitos. Além disso, é considerada supersexuada e, conseqüentemente, inadequada para o casamento.

## O absolutismo cultural X relativismo cultural

Após a descrição de tais fatos, mesmo concordando com a definição de Burke, não se pode considerar aceitável a imposição por parte de uma autoridade, seja ela qual for, de uma atitude que, mesmo culturalmente aceita, irá intervir de maneira destrutiva na integridade física das mulheres sem que elas ao menos possam exprimir sua vontade.

Assim surge o absolutismo cultural que, diferentemente de uma aceitação de uma cultura, significa ignorar a imposição de torturas e mutilações de partes do corpo feminino por parte de uma autoridade - no caso, os pais. Trata-se de uma prática cultural que mutila o corpo de outrem (uma criança do sexo feminino). Uma coisa é a cultura influenciar e fazer com que o indivíduo aceite em seu próprio corpo a realização de alguma intervenção (tatuagem, cirurgia plástica, piercing, etc.); outra, é uma imposição cultural desta intervenção física por alguém com autoridade sobre o indivíduo, sobre seu corpo. A aceitação desta forma de violência sobre o corpo alheio é fundamentada no conceito antropológico de cultura acima descrito. Uma atitude é aceitar uma cultura do jeito que ela se manifesta; outra, é ignorar fatos em que uma cultura imponha ao indivíduo dor e sofrimento, sem que se lhe permita expressar seu consentimento ou vontade.

O relativismo cultural é levantado por Burke (1999, p. 37) como um rótulo, algo confuso, aquilo a que os filósofos de Oxford costumavam aplicar o termo “guarda chuva”, apto a cobrir diversas posições. Acrescentar um adjetivo e falar de “relativismo cultural” torna as coisas um pouco mais claras ao eliminar a idéia do “vale tudo”.

Nesta idéia de aceitação total e de vale tudo, surge o conceito de “absolutismo cultural”, como a aceitação de todas as práticas culturais de um determinado povo sem qualquer questionamento de parte das outras culturas, mesmo que seja imposta de uma geração a outra sem dar ao indivíduo nenhuma chance de oposição, mesmo que se trate de uma prática cultural agressiva, de sofrimento, como, no caso específico da clitoridectomia, uma prática de mutilação do corpo feminino imposta pela autoridade parental. Aspectos culturais devem ser relativizados. Acredito que, como o próprio nome já coloca, o relativismo cultural deve questionar todos os tipos de práticas em uso, pois o questionamento é que justifica a existência das ciências humanas.

As práticas culturais devem ser aceitas em todas as sociedades de maneira livre, e a aceitação de ritos - arbítrio individual - deve ser um dos requisitos para a realização das práticas correspondentes. No caso em análise, não houve nenhuma opção de parte da vítima, que só teve noção do que iria acontecer com seu corpo após a realização do procedimento. *“Uma das minhas irmãs mais novas e duas primas morreram em consequência da circuncisão. (...) É impossível escapar. Eles te agarram, amarram e fazem. Acham que se você não for circuncidada vai dormir com qualquer um”* (ZIV, 1996, p. 58).

Não se pode concordar com a idéia de que a cultura é inatacável e inquestionável e que deve ser admitida como normal por todos os outros povos. O próprio conceito de normalidade é questionável. Sendo assim, considerando-se “normal” qualquer dos tipos de atitudes e tradições existentes em um povo com o escudo da proteção à cultura, faz-se um discurso incoerente com todo o rompimento e questionamento que deve existir em sede de ciências humanas.

O que deve nortear os estudos cotidianos deve ser sempre a capacidade de ver além do que já está estabelecido. Naturalizando-se a cultura como algo imutável, se está sendo incoerente com todas as pesquisas realizadas ultimamente em ciências humanas e sociais, pois a quebra de uma verdade, de um paradigma e, muitas vezes, de dogmas e tradições impostas a determinados seres humanos, é o objeto permanente de pesquisa.

Usa-se ainda o respeito às diferenças culturais como razão de não-intervenção na cultura de nenhum povo. As pessoas que defendem a mutilação feminina, inclusive mulheres, dizem que é uma questão cultural e não de direitos humanos, e que o mundo ocidental simplesmente não compreende.

A cultura e a vida são dois valores aceitos, tanto pelas culturas que praticam rituais como a clitoridectomia, como pelas que os abominam. O valor dado a uma tradição cultural pelos habitantes no norte da África é maior do que o da vida de suas filhas, tanto que, mesmo sabendo que elas podem vir a falecer, tais amputações ainda são realizadas. Todavia, trata-se de uma imposição cultural de alguém, nesse caso, um homem ou uma família inteira, que atribui à sua cultura um valor superior ao da vida de outrem, incapaz ou impedido de relutar contra tal imposição cultural. A imposição de um adulto a uma menina de cinco anos pode representar para ela, quando não a morte, dores intermináveis físicas e psíquicas por toda a vida.

Deve-se distinguir entre escolha por uma pessoa que possua discernimento para decidir sobre sua vida, e relutância em aceitar formas culturais que lhe sejam impostas em detrimento de sua integridade física. Essa pessoa pode resistir contra uma imposição cultural

quando sabe que a irá ser fisicamente prejudicada; outra é uma imposição cultural a um ser humano que não tem capacidade de resistir a algo tão brutal quanto a clitorectomia.

## Formas de enfrentamento da clitorectomia

Sabe-se que formas de enfrentamento de uma questão tão delicada, que é tradição junto a uma população, não se resolve apenas com intervenção ou repressão estatal. Porém, da mesma forma que se intervém por fome, guerras e genocídios, não se pode descartar algum tipo de intervenção internacional nos países que praticam a clitorectomia, com fundamento nos direitos humanos.

Com a intenção de não apenas criticar uma conduta culturalmente aceita, mas de tentar achar soluções para este problema que assola populações inteiras de mulheres em países norte-africanos, sugerem-se algumas formas, diplomáticas e políticas, de pressionar os governos que admitem ou toleram esta prática.

## Solução religiosa

Os países que praticam a circuncisão feminina dizem que se trata de um rito ligado diretamente à religião muçulmana.

Se tal assertiva for verdadeira, pode-se dizer que no Cairo foi desencadeada uma pequena revolução: uma conferência de teólogos muçulmanos de alto escalão concordou que a mutilação genital feminina é inconciliável com o islamismo. A conferência, realizada em 12 e 13 de junho de 2006, tinha como tema “*Instrumentos legais para prevenir as mutilações femininas*”.

Embora a circuncisão seja muitas vezes defendida por razões supostamente religiosas, não existe justificativa com tal fundamento, nem no cristianismo nem no islamismo. A condenação contundente por parte de líderes religiosos e morais é necessária para que essa prática terrível seja abolida.

Cerca de 6.000 mulheres são vítimas da mutilação genital todos os dias, ou seja, cerca de dois milhões por ano. A Organização Mundial de Saúde (OMS) calcula que entre 100 milhões e 140 milhões de mulheres em todo o mundo sejam circuncidadas. A maioria das circuncidadas vive em 28 países da África, na Ásia e no Oriente Médio. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), pelo menos 90% das mulheres são circuncidadas em

países subdesenvolvidos, como Etiópia, Sudão, Djibuti, Somália e Serra Leoa (OMS. In: Female Genital Mutilation, 1999). Por outro lado, quase não se pratica a circuncisão feminina no Iraque, no Irã e na Arábia Saudita.

Clérigos e teólogos muçulmanos da Alemanha, da África e do Oriente Médio passaram dois dias discutindo a mutilação genital feminina. O objetivo da conferência era declarar que essa forma de circuncisão é incompatível com a ética do islamismo como religião global (ALH, 2006).

No Sura 95, verso quatro, o Alcorão afirma: "*Nós criamos o homem segundo a nossa mais perfeita imagem*". Além disso, o islamismo preconiza que tanto homens quanto mulheres devem experimentar a satisfação sexual, e satisfazer a mulher é considerado um dever conjugal do marido - uma tarefa praticamente impossível quando a mulher é circuncidada.

Como o costume é colocado como fundamento sagrado da religião muçulmana, caso se confirme erro de interpretação das leituras sagradas, a prática pode ser corrigida, uma vez que é considerada contrária ao islamismo.

A religião muçulmana não concilia a prática de tal mutilação com seus preceitos religiosos, portanto deve, através de sua pregação, esclarecer aos povos, como os norte-africanos, a respeito do risco que correm suas mulheres e, principalmente, como tais costumes, inclusive segundo o Alcorão, não condizem com os fundamentos de sua religião.

## Solução política

Os teólogos e clérigos declararam, nesta mesma conferência, que a circuncisão feminina é um costume deplorável, para o qual não existe qualquer fundamento nos textos religiosos. Eles pediram aos parlamentos dos países nos quais essa prática é comum que instituíam leis transformando-a em crime.

Ora, que interesse teriam os parlamentares destes países em acabar com tal costume, tendo em vista que mais de 90% (ZIV, 1996, p. 58) da população o pratica? A prática deve ser criminalizada, mesmo sabendo que a sua condenação penal não impeça automaticamente que a população a considere desumana e pare imediatamente com a prática, pois a criminalização seria uma forma de pressão que poderia complementar o processo de convencimento desta população para suspender o costume contra suas cidadãs.

Porém, o que forçaria os parlamentares a promoverem leis neste sentido? Uma reportagem da revista Superinteressante (ARAUJO, 2007: 48), informa que diversos países enviam anualmente recursos para tais países africanos. Boa parte da base de sustentação destes governos são tais ajudas externas, feitas por questões de humanidade. Ainda de acordo com a reportagem da revista, tanto países quanto a ONU doam somas diversas com o fulcro de alavancar seu desenvolvimento. Acreditamos que esta ajuda poderia ser diretamente vinculada e condicionada a medidas proibitivas contra a clitorrectomia e também de esclarecimento por parte dos governos ajudados.

A ameaça ou o risco de perder recursos preciosos para sua própria sustentação parlamentar poderia levar os congressistas a criarem leis criminalizadoras da clitorrectomia. Como já foi dito, não se possui a ingênua ideia de que a transformação em crime reduziria automaticamente a zero a prática, mas colaboraria para a construção de uma mentalidade em torno da consciência que se deve ter com o corpo do outro.

Programas de esclarecimento sobre os perigos e problemas causados com a circuncisão feminina, juntamente a sua criminalização e fiscalização efetiva, poderiam, ao longo de anos ou até de décadas, trazer resultados positivos, fazendo com que cada vez menos mulheres passem por esta dilaceração.

## Considerações finais

As pesquisas de um acadêmico de ciências humanas sobre formas de absolutismo cultural - imposição do valor masculino de um adulto sobre uma criança sem condições de se defender e que sofrerá danos físicos e psíquicos – e a confirmação de inexistência de fundamento religioso que justifique tal conduta parecem ser bons motivos para acreditar, ou esperar, que essa prática venha a ser efetivamente abolida.

Não se pode acreditar que uma intervenção externa pela força, nem por organismos internacionais, seja solução para todos os problemas do mundo. Tais decisões devem possuir um caráter excepcional (em casos, por exemplo, de genocídio). Contudo, em situações de imposição de um valor cultural de um adulto sobre uma criança, que ameace sua integridade física ou mental, além de causar sofrimento, com o agravante de se trata de menor, sem direito de escolha e incapacidade de absorver a própria cultura, deveria representar para os aparelhos de defesa de direitos humanos, inclusive organismos internacionais, não só o direito, mas a obrigação de intervir por via política e diplomática com o fulcro de impedir tais sofrimentos.



## THE CULTURAL ABSOLUTISM AND THE CLITORIDECTOMIA

### Abstract

In this article, will be analyze the problematic of the cultural relativism presented by Peter Burke, questioning this concept when we deal with the imposition of cultural values of an adult on a child, in detriment of its physical integrity, one practical culturally accepted on the north of Africa, the withdrawal of the clitoris, or Clitoridectomia. Will be also analyze forms of confrontation of the problem of the combat to such practical for the organisms of international human rights, even that such confrontation is friction as an intervention in the culture of a determined population.

**Keywords:** Cultural relativism. Cultural absolutism. Clitoridectomia. Human rights. Feminism.

### Referências

ARAÚJO, Tarso. África: ajuda atrapalha? In: *Superinteressante*. jun. 2007.

A SMALL revolution in Cairo. *Uol Midia*, São Paulo, 12 mai. 2006. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/Uol/Midia/05/12/2006>>. Acesso em: 3 set. 2007.

AJUDA atrapalha. *Superinteressante*, São Paulo, jun. 2007. 240 ed.

BURKE, Peter. Mal-estar na civilização. In: *Caderno Mais, Jornal Folha de São Paulo*. 2 mai. 1999.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Ed Jorge Zahar, 2005.

ELUF, Luiza Nagib. Barbárie Sexual. In: *Folha de São Paulo, Caderno 1, folha 3*, 18 fev. 1993.

FEMALE Genital Mutilation. Disponível em: <[http://whqlibdoc.who.int/hq/1999/WHO\\_CHS\\_WMH\\_99.5.pdf](http://whqlibdoc.who.int/hq/1999/WHO_CHS_WMH_99.5.pdf)> Acesso em: 25 mar. 2007.

GAARDER Jostein. *O LIVRO DAS RELIGIÕES*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ZIV, Lara. Beleza mutilada. In *Marie Clarie*. São Paulo, jun. 1996.

Recebido em: 10/09/2007

Aprovado em: 01/04/2010